**Moldando o corpo do Brasil – Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio e o metajogo na região historiográfica do Prata[[1]](#footnote-1)**

“O Brasil para os brasileiros” – segundo Jaime Cortesão – foi o lema que empolgou Alexandre de Gusmão na feitura do Tratado de Madri (CORTESÃO, 1956, p. 380). Esta interpretação, ajuizada ao final do segundo tomo da ‘Introdução’ da coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, apontava claramente o diálogo no qual o autor lusitano se colocava e a posição por ele defendida no metajogo historiográfico e político brasileiro.

No caso, Cortesão se postava firmemente em contrariedade à corrente historiográfica consolidada na década de 30 pelas exposições e escritos de Rodrigo Octávio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que fora explicitamente endossada pelo *Segundo Congresso de História Nacional* em 1931. Rodrigo Octávio destacava Alexandre de Gusmão como o precursor do pan-americanismo e, como o inspirador da política de aproximação em relação ao Uruguai e à Argentina, iniciada pelo Governo Washington Luís em 1927.

Contudo, há que se salientar que Cortesão não divergia apenas do arrazoado historiográfico de Rodrigo Octávio, mas também se opunha às leituras desse conteúdo feitas pelos defensores do alinhamento com os Estados Unidos no período da Guerra Fria. No caso, a expressão “O Brasil para os brasileiros” estava sendo contraposta a sua congênere “A América para os Americanos”, empregada em 1940 por Rodrigo Octávio para se referir ao legado de Gusmão, o qual vinha sendo equiparado por ele à expressão monroísta do pensamento de Elihu Root (OCTÁVIO, 1941, 32), secretário da guerra no governo William McKinley e secretário de estado sob Theodore Roosevelt (PEIXOTO, 2011a).

Em 1940 Rodrigo Octávio havia juntado vários argumentos distribuídos em seus textos das décadas de 20 e 30 para produzir o artigo ‘Alexandre de Gusmão e o Monroísmo’, publicado na Revista do IHGB de 1941, em boa parte para endossar as premissas de atuação da *Comissão Brasileira Revisora dos Textos de História e Geografia*, que havia sido liderada intelectualmente por Pedro Calmon em 1936.

Esta Comissão havia resultado exatamente da política de aproximação com o Uruguai e a Argentina, a qual o governo Getúlio Vargas havia dado continuidade durante a década de 30 e, incluía o congraçamento cultural e a promoção de acordos que visavam eliminar os contenciosos, inclusive, removendo dos textos didáticos de história e geografia as passagens e conteúdos que atentassem contra as relações entre aqueles países (PEIXOTO, 2015).

Cabe apontar que o artigo de Rodrigo Octávio havia sido determinante para o engajamento historiográfico de Jaime Cortesão, na medida em que propiciara a suíte de reportagens sobre Alexandre de Gusmão dirigida por Cassiano Ricardo para o jornal *A Manhã*, e, a discussão historiográfica em que se Cortesão se integrou (PEIXOTO, 2015, p. 56-57).

Jaime Cortesão se colocava também contra a visão explicitada em 1943 por Pedro Calmon em sua coleção *História do Brasil*, terminada de publicar justo em 1955 – um ano antes do seu texto. Em sua Coleção, Pedro Calmon empregava o argumento de que a separação dos destinos da América em relação à Europa já havia se dado desde 1750 por meio da “influência realista e profética de Gusmão” (CALMON, 1943, p. 192-193).

Contudo, há que se salientar que os defensores do alinhamento à política externa dos Estados Unidos não se baseavam apenas nos argumentos de Rodrigo Octávio ou de Pedro Calmon, mas descortinavam a naturalidade e anterioridade desse posicionamento, porquanto retroagiria ao início do século, se enraizando na política de aproximação deslanchada pelo Barão do Rio Branco. Esta teria como móvel impedir que a política externa republicana não sofresse da solução de continuidade com a da monarquia, cujas origens datavam do reconhecimento de nossa independência pelos estadunidenses, que, em última análise, aninhava-se no legado pan-americanista de Alexandre de Gusmão (PEIXOTO, 2011a; 2015).

Esta ideia fora ativada por Álvaro Lins em *Rio-Branco*, biografia escrita e publicada em 1945 sob o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para marcar a comemoração do centenário natalício do Barão. Lins alicerçava a ideia da ‘solução de continuidade’ na interpretação de que a aproximação com os Estados Unidos fora esposada, nesses liames, pelo próprio Rio Branco no texto *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, escrito sob o pseudônimo de J. Penn para o ‘Jornal do Commercio’ em 1906.

Em boa medida, esta interpretação possibilitou a Álvaro Lins reinterpretar a atuação do Barão do Rio Branco no MRE frente à historiografia de sua época, e, sedimentar outra figura do Barão. Nesse exercício Álvaro Lins equiparou o Barão do Rio Branco a Alexandre de Gusmão, juntando, ao primeiro, os predicados empregados para distinguir o segundo – a clarividência e a genialidade –, mas também rearticulando o topos já consolidado em torno da figura de Gusmão: a continuidade dos esforços diplomáticos. Nesse intuito, Álvaro Lins opta por juntar os esforços do Barão àqueles que haviam sido desenvolvidos por seu pai, o Visconde do Rio Branco, quando ele estava à frente da diplomacia brasileira no século XIX.

Em benefício de nosso raciocínio, entendo ser necessário circunstanciar o texto *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*: em minha interpretação este foi escrito em apoio à mensagem do presidente Rodrigues Alves dirigida ao Parlamento em 3 de maio de 1906 e visava responder às críticas que se faziam à visita de Elihu Root ao Brasil. Estas críticas tinham como argumento central o antagonismo da política externa estadunidense em relação à Monarquia e, note-se que a visita de Root se faria em seguida aos acontecidos no ‘Caso Panther’, compreendido, à época, como o exemplo da grave ameaça que o imperialismo apresentava à soberania do país (PEIXOTO, 2011a, p. 50-52).

Neste sentido, penso que a reinterpretação de Lins foi tornada operante porque o sentido atribuído ao texto *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo* se articulava não apenas com o seu exame da atuação de Rio Branco, mas também o da resposta estadunidense aos acontecidos no ‘Caso Panther’. Por conseguinte, a ideia da ‘solução de continuidade’ podia ser tomada como o alicerce da defesa do alinhamento automático com os Estados Unidos, na medida em que o *modus vivendi* do XIX era desvelado como o *modus ponens* do XX, quando a potência global reconheceria a potência regional. Esse engenho foi representado no livro de Álvaro Lins enquanto uma “moldura nova e brilhante para dar relevo a um quadro antigo”, para depois ser tornado em “aliança não escrita” (PEIXOTO, 2011a, p. 52-57).

No caso, observe-se que a entrada de Jaime Cortesão no diálogo intelectual do MRE se deu em 1943 a partir da série de palestras *Como se esboçou o retrato do Brasil*, quando, diferentemente de Álvaro Lins, empregava a imagem do ‘modelo e do retrato’ para se referir a um sentido da Formação Territorial que juntava Portugal ao Brasil, o qual podia ser verificado por meio dos mapas, apresentados como documentos da ocupação e penetração espacial, trazidos à História pela Cartografia, de resto, um argumento que seria replicado em todos os cursos ministrados por Cortesão no IRB nos anos subsequentes (PEIXOTO, 2015, p. 56-57).

O fato é que Jaime Cortesão em 1956 resedimentaria a figura de Alexandre Gusmão como representação do político, na medida em que esta seria contraposta à ideia do alinhamento automático com os Estados Unidos. Esta virada era articulada por Cortesão a partir do argumento de que, em vez do pan-americanismo, o protagonismo de Gusmão aceitava e favorecia “a corrente histórica” que apresentava a inevitabilidade do separatismo do Brasil, e, por conta disso, Gusmão preparou o seu advento “nas dobras do Tratado de 1750”, “moldando o corpo do Brasil” (CORTESÃO, 1956, 380). Nessa explicação, o protonacionalista Gusmão, homem-forte do estado português, secreta e intencionalmente, havia transformado o futuro por meio dos instrumentos disponibilizados pelo seu presente. Assim, havia deformando propositalmente o Mapa das Cortes; iludido seus congêneres lançando mão de ilações históricas falseadas; teria conduzindo ao engano igualmente a portugueses e a espanhóis; em suma: tinha “moldando o corpo do Brasil” para proporcionar “o Brasil para os brasileiros” (CORTESÃO, 1956, 380).

Ao articular numa mesma perspectiva o metajogo historiográfico e político Jaime Cortesão leva o seu analista a ter de considerar instrumentos teóricos e metodológicos que permitam explicitá-los. Entendo que isto ultrapassa certas considerações usuais em torno dos termos ‘Quem e como se faz a história’, levando a ter de inquirir os insumos que serviram a Michel de Certeau para pensar as questões da representação do político e do lugar do historiador em relação à escrita da história.

Penso que, juntando no mesmo argumento historiográfico o acaso ao determinismo, e, a causalidade à oportunidade, Jaime Cortesão trabalhava num posicionamento sensível àqueles brasileiros de seu tempo, que juntava a Geografia à História. Ele não apontava apenas o tempo enquanto condição meta-geográfica, como base analítica nas possibilidades ‘geo-*políticas’*, mas, considerava também o espaço enquanto condição meta-histórica, trabalhando as implicações ‘*geo-*políticas’.

No primeiro caso, ao constituir o argumento historiográfico pelo investimento numa explicação do protonacionalismo de Gusmão, “moldando o corpo do Brasil”, Jaime Cortesão não apenas se colocava na ‘luta de representações’ do campo político das décadas de 40 e 50, mas também na ‘luta’ do campo historiográfico, pois estava reativando a representação do Gusmão “enformando” a Nação em seu território, esboçada cem anos antes pelo Visconde de São Leopoldo no seio do MRE, e, que provocou a criação do IHGB (PEIXOTO, 2015; 2011b).

No segundo caso, ao deslocar o problema da identidade e da nação brasileira do pan-americanismo para reconduzi-las a uma intelecção centrada em Portugal e, naquilo que idealizava como o papel dessa nação na Civilização Universal, Cortesão produzia uma explicação empreendida nas transições e nos arranjos complexos do metajogo político e historiográfico. Compreendendo que a produção historiográfica do Brasil se articulava à da região platina, a esta sobrepôs a ligação à produção lusitana, discernindo e amplificando o campo da produção historiográfica nucleado no IRB, Cortesão desobrigou os interesses da corporação diplomática dos arranjos operados noutras, possibilitando, assim, a constituição daquilo que viria a ser chamado por José Honório Rodrigues de ‘Política Externa Independente’.

Ambos os casos nos possibilitam inquirir não apenas a ideia do papel do historiador em relação à escrita da História, mas a própria ideia de seus ‘lugares’.Visando isto, começaremos pela exegese do esforço que abrigou o exercício historiográfico de Jaime Cortesão no IRB; depois, analisaremos este exercício em relação ao diálogo com a produção da região historiográfica platina, para, finalmente, inquirir a reativação da representação de Gusmão em 1956.

**A coleção *Alexandre de Gusmão* e a consolidação do IRB**

Em 1950, na comemoração do bicentenário do Tratado de Madri, o MRE começaria a publicar a coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, composta por nove volumes, sob a organização e a direção de pesquisa de Jaime Cortesão. Naquele ano sairiam, fora da ordem de organização, dois volumes: *Obras várias de Alexandre de Gusmão* e *Documentos Biográficos*, respectivamente os Tomos I e II de sua Parte II, e, no ano seguinte seriam publicados os dois tomos de sua Parte III, os *Antecedentes do Tratado*.

Somente em 1952, às vésperas da de se completarem os duzentos anos do falecimento daquele que fora chamado de “avô dos diplomatas brasileiros” (JORGE, 1916), é que começaria a ser publicada a contribuição autoral de Jaime Cortesão, o Tomo I da Parte I da Coleção, nomeado de *Introdução (1695-1735)*. Entretanto. o seu Tomo II – *Introdução* (*1735-1753)* –, somente sairia da Imprensa Oficial em 1956. Os volumes restantes da Coleção, a Parte IV (*Negociações*, em dois tomos) e, *Execução do Tratado* (Parte V), seriam publicados até o ano de 1960.

Entretanto, a organização e publicação da Coleção não era um esforço isolado do IRB, mas fazia parte do ambicioso ‘Plano de Pesquisa no Brasil’ articulado em abril de 1947 pelo diretor do IRB, Hélio Lobo. O ‘Plano’ previa a outorga de bolsas de pesquisa anuais, bônus na entrega dos resultados em forma de livro, planejamento para impressão em editoras comerciais, pesquisa no exterior a ser realizada por funcionários do MRE, e, convênios com as Seções de História do Brasil das principais Faculdades de Filosofia.

O ‘Plano’ de Hélio Lobo juntava nove projetos de pesquisa sob a direção de pesquisadores já distinguidos em esforços correlatos aos objetos de estudo dos projetos, caso de Jaime Cortesão, José Honório Rodrigues, Gilberto Freire, Artur César Ferreira Reis, Virgílio Correia Filho, Bruno de Almeida Magalhães e Octávio Tarquínio de Souza.

Contudo, apenas dois projetos – *De Tordesilhas a Saragoça, 1494-1529* e *Tratado de Madrid, 1750* – ficaram a cargo de um único pesquisador, Jaime Cortesão. O segundo deles seria exatamente o que daria origem à coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* e já era diferenciado dos demais projeto do ‘Plano’ na medida em que lhe eram destinados recursos suficientes para uma execução mais longa e onerosa, e, se tinha previsto a publicação dos seus resultados pela Imprensa Nacional. Isto acontecia porque o projeto *Tratado de Madrid, 1750* estava destinado pelo próprio IRB à condição de sua contribuição para as comemorações do bicentenário do Tratado (MRE, 1947b).

No sentido de se melhor colocar o argumento de que a inserção de Jaime Cortesão no esforço do MRE deve ser pensada no metajogo político e historiográfico é necessário observar que: as tarefas delegadas a Jaime Cortesão antes de 1947 não tinham a ver com a pesquisa; que o ‘Plano de Pesquisas’ de Hélio Lobo discrepava completamente dos objetivos atribuídos ao IRB; que o projeto *Tratado de Madrid, 1750* surgira a reboque dos interesses de Cortesão; que seus interesses se articulavam com os objetivos da corporação diplomática; e que outro esforço de Cortesão, no âmbito da Biblioteca Nacional (BN), operava neste metajogo.

No que tange ao contrato acordado entre Jaime Cortesão e o MRE ainda no início de 1944, as tarefas às quais deveria se dedicar estavam distribuídas entre várias atividades e apenas umas delas, a organização do *Atlas Histórico do Brasil*, tangenciava a pesquisa. As demais diziam respeito às melhorias no funcionamento da Mapoteca do Itamaraty e à recapacitação do funcionalismo do Ministério, como, a catalogação de arquivos, a consultoria e a docência (MRE 1946a).

Em relação aos objetivos do IRB, embora a pesquisa estivesse prevista dentre as finalidades do Instituto pelo decreto-lei que regulara sua criação, sua direção não a considerava nem mesmo uma atividade secundária em 1946, o caso dos seus cursos de extensão, que, embora tivessem sido restritos à mínima atividade possível, estavam incluídos no planejamento do Instituto. Este posicionamento derivava do entendimento de que todos os esforços do IRB deveriam estar focados no aperfeiçoamento dos servidores do MRE e na preparação de candidatos à carreira diplomática e consular (MRE 1946b).

É importante considerar no sentido de pensar a articulação dos interesses de Cortesão com os objetivos da corporação diplomática, que, pelo menos dois dos memorandos expedidos pela direção do IRB no ano de 1946 apontavam as enormes dificuldades enfrentadas para apenas se conseguir manter as novas regras de ingresso na carreira diplomática, provavelmente determinando que o foco do Instituto fosse mantido nos cursos de aperfeiçoamento e admissão. Pela leitura desses memorandos, fica claro que a direção do Instituto sofria grandes pressões para que se permitisse o ingresso de candidatos reprovados no exame vestibular do IRB e, que isto apenas repetia a velha prática de apadrinhamento, considerada responsável pelos desníveis na formação e no desempenho dos diplomatas (MRE, 1946c; 1946d).

O interessante é que paralelamente às reclamações contra o “pistolão” e os “protetores ou padrinhos” se expressasse também a ideia de um novo papel a ser desempenhado na sociedade pelo IRB e, por uma “Fundação Rio Branco”, ainda a ser criada (MRE, 1946c; 1946d). Aqui se detecta a formulação de que um campo de atuação dos diplomatas deveria se constituir no mesmo modelo em que então se organizavam as carreiras acadêmicas no Brasil, para o qual se pleiteava, inclusive, a formação de uma reserva de atuação fora das flutuações dos interesses políticos.

Para isto, se salientava que o IRB deveria levar adiante, a despeito de suas limitações orçamentárias (1946b), “um plano universitário capaz de garantir o nível cultural indispensável ao exercício da função diplomática” e, almejar o “incremento da pesquisa histórica” considerando o “aprofundamento da consciência internacional de nosso povo” (MRE, 1946c). Por conseguinte, mais do que uma simples escola de diplomacia, o IRB era pensado no concerto das atribulações passadas e presentes da corporação diplomática e, sincronizado com as ambições de seus integrantes como um “verdadeiro centro de irradiação cultural e de pesquisas históricas, destinado a desempenhar um papel relevante na história da cultura e da política internacional do Brasil” (MRE, 1946c).

Penso que a influência de Jaime Cortesão é inegável, não apenas porque nessas formulações transparecem certos conteúdos de seus cursos ‘História da Cartografia Política do Brasil’ e ‘História da Formação Territorial do Brasil’, mas por causa desses conteúdos já refletirem suas atividades de pesquisa. É importante considerar que estas atividades somavam-se à sua atuação de liderança enquanto docente e, que ambas se desdobravam *em apoio à consolidação e à expansão das atividades do IRB,* acrescendo à visão que dele se fazia na corporação. Além disso, é necessário salientar que a frequência e a aprovação nos cursos ministrados por Jaime Cortesão no Instituto eram, então, determinantes para a progressão funcional dos diplomatas de carreira (PEIXOTO, 2014, p. 201-202).

No endosso deste argumento da aliança entre as atuações de Cortesão e da Corporação, dois registros comprovam que o projeto *Tratado de Madrid, 1750* derivava diretamente da atividade autônoma de pesquisa de Jaime Cortesão, voltada então para os seus cursos e, indiretamente, ao debate com Rodrigo Octávio.

Em 1952, no prefácio ao Tomo I da ‘Introdução’ da Coleção, Jaime Cortesão aponta que desde 1944, quando começara a lecionar o curso *História da Cartografia do Brasil*, havia cuidado “de fazer buscar e copiar a correspondência sobre as negociações do Tratado, que se encontrava dispersa em arquivos de Lisboa”, processo que demorou dois anos. Segundo Cortesão, este resultado foi convertido para o conteúdo de suas aulas, cujo sucesso chamou a atenção da direção do IRB, determinando que a organização da Coleção fosse confiada a ele em abril de 1947, por conta de se posicionar o Instituto frente às comemorações do bicentenário do Tratado em 1950 e do falecimento de Gusmão em 1953 (CORTESÃO, 1952, p. 5).

Esse relato fica em sua maior parte corroborado pelo memorando de João Guimarães Rosa, à época Chefe da Secretaria do IRB, que nos trás outros elementos, efetivamente confirmando que a organização da Coleção já havia sido confiada a Cortesão antes mesmo da elaboração do ‘Plano’ de Hélio Lobo e, que Cortesão já havia acertado verbalmente, muito antes dessa data, a venda de toda a documentação acerca do Tratado e de Gusmão para o IRB pelo mesmo de valor de sua aquisição em Portugal (MRE, 1947a).

O problema é que tanto o volume (cerca de 1.200 folhas de papel almaço), quanto o valor (correspondente a dois meses do salário de Cortesão no IRB), bem como a indicação de que o acerto verbal teria ocorrido provavelmente em 1946, faz supor a cumplicidade de Hildebrando Accioly, diretor do IRB, no engajamento de Cortesão na pesquisa, até porque Accioly estava presente na reunião de abril de 1947 embora já não fizesse mais parte do IRB.

**A coleção *De Angelis* e o metajogo da região historiográfica do Prata**

Seguindo o argumento de que a inserção de Jaime Cortesão no esforço do MRE deve ser pensada no metajogo político e historiográfico, se deve levar em conta que paralelamente à coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Jaime Cortesão também estava à frente da organização e publicação dos *Manuscritos da Coleção De Angelis* para a BN e, vários registros apontam o entrelaçamento das duas atividades.

A Coleção da BN era composta por sete volumes e, os dois primeiros foram publicados na ordem de organização da Coleção em 1951 e 1952 – *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)* e *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)* –, mas, os que lhe seguiram foram os volumes V e VI, publicados fora da ordem nos anos de 1954 e 1955, sendo que os volumes III e IV sairiam somente em 1969 e 1970, junto com o volume VII.

O leitor deve notar que os volumes da coleção ‘De Angelis’ publicados nos anos de 1954 e 1955, *Tratado de Madri – Antecedentes – Colônia do Sacramento (1669-1749)* e *Antecedentes do Tratado de Madri – Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*, se relacionavam diretamente com os dois textos autorais de Jaime Cortesão sobre Gusmão (também publicados fora da ordem) em 1952 e 1956, e, endossavam seus argumentos pela exposição da documentação dos antecedentes do Tratado de Madri.

Voltando com o argumento de que a atividade autônoma de pesquisa realizada por Cortesão antecipou os movimentos no IRB e, de que seus cursos no Instituto consolidaram a aliança de sua atuação com a corporação diplomática, noto esses rastros podem ser descortinados na própria ‘Introdução’ da coleção ‘De Angelis’.

Nesta, Jaime Cortesão aponta que utilizara largamente os documentos da coleção ‘De Angelis’ para a elaboração tanto do curso *História da Cartografia do Brasil* quanto de *História da Formação Territorial do Brasil*, realizados justamente em 1945 e 1946. Além disso, Cortesão reconhece que fora convidado para organizar a coleção ‘De Angelis’ pelo ouvinte de um de seus cursos, Rubens Borba de Morais, então diretor da BN, após ele ter assistido sua exposição sobre os conflitos entre as bandeiras paulistas e os jesuítas espanhóis no Paraguai.

Na coleção ‘De Angelis‘, como já acontecera na coleção ‘Alexandre de Gusmão’, se demonstra como a atividade de pesquisa de Cortesão havia desencadeado todo um processo e, como a atividade docente tinha servido enquanto instrumento transformador de sua carreira no Brasil, especialmente em relação à sua aliança com a corporação diplomática.

No caso da coleção ‘De Angelis’, embora não esteja apontado à qual curso o diretor da BN havia assistido, podemos inferir por meio do exame dos conteúdos de ambos os cursos que se tratava de *História da Formação Territorial do Brasil* e, como esta fazia parte do *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas*, por conseguinte, fechado a ouvintes externos, poderíamos supor que os cursos do Instituto ou, pelo menos o de Cortesão, possuíam um valor estratégico para o IRB, na medida em que funcionavam na ligação e na exposição dos valores da corporação diplomática junto aos demais integrantes do Estado.

Além disso, deve-se fazer notar que José Honório Rodrigues passou a fazer parte do corpo docente do IRB desde 1947 quando lhe fora designada a disciplina de *História do Brasil* a ser lecionada na primeira turma do *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata* (MRE, 1947a) e, que este conviveria com Cortesão tanto na Divisão de Obras Raras da BN quanto no IRB, onde formariam juntos os núcleos duros do ensino de história e da pesquisa histórica.

Sabemos também que desde agosto de 1946, bem antes, portanto, do anúncio do ‘Plano de Pesquisa no Brasil’ pelo IRB e do início oficial das atividades de pesquisa de Cortesão para o Instituto, uma funcionária do MRE, a pesquisadora de história Astréa Dutra dos Santos, já trabalhava em dias alternados da semana no IRB e na BN, caracterizando a interação das atividades de Cortesão e, destas com as do IRB (MRE 1947c). Além disso, sabemos que Hélio Lobo passara a fazer parte do corpo docente do IRB ainda em 1946, ministrando a disciplina *História Diplomática*, para fundar, junto com Jaime Cortesão, o primeiro curso de aperfeiçoamento de diplomatas do MRE (MRE, 1946a).

No caso, entendo que as atividades de Cortesão a frente da organização e publicação dos *Manuscritos da Coleção De Angelis* e da coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* acabaram somadas ao esforço de transformação da corporação diplomática iniciado em meados da década de 1940, o qual incluía não apenas a fundação do IRB, mas a sua constituição como um centro de pesquisa e de ensino acadêmico, e que, por força da reforma administrativa, acabaria adensado pela tarefa de formar os ingressantes na carreira e, de reciclar os seus membros intermediários (PEIXOTO, 2014).

Se retornarmos ao exame do primeiro volume da coleção ‘De Angelis’, observaremos ainda que a *Explicação* de José Honório Rodrigues, diretor da *Divisão de obras raras e publicações* da BN postada à guisa de prefácio, aponta não apenas as origens, mas também a importância atribuída pelo MRE à documentação e, ele frisava que isto determinara mesmo a sua aquisição pelo Ministério em 1853.

Esse teor da *Explicação* de José Honório Rodrigues foi ratificado pela *Introdução* de Jaime Cortesão, onde se salientava o interesse da Coleção para as discussões de limites do Brasil, contudo, salta aos olhos que o apontamento não possuía mero interesse histórico, mas colocava a relevância da Coleção para discussões historiográficas atualizadas, sobretudo se repararmos na crítica ácida de Cortesão à atuação política de Pedro de Angelis e à radical desqualificação de sua posição enquanto historiador (CORTESÃO, 1951, 51-53).

Penso que não fora por acaso que Cortesão destrinchara a sua Introdução em seis partes, das quais as três primeiras (*Pedro de Angelis ao serviço da Argentina*; *De Angelis e o cavaleiro de Wallenstein*; e *Pedro de Angelis ao serviço do Brasil*) cuidavam exatamente da atuação política e historiográfica de Pedro de Angelis. Por estas, Cortesão buscaria mostrar que Pedro de Angelis não era movido por nenhum patriotismo, mas agira sempre a soldo de algum interesse e, por conta disso se movera a favor, não apenas da Argentina, mas também do Brasil e do Paraguai, aliás, isto fica já ajuizado ao começo da *Introdução*:

Entre o começo e o término da existência, De Angelis atravessou altos e baixos duma carreira, por vezes brilhante, mas sempre inquieta, contraditória e descontínua. Havendo-se imiscuído com zelo indiscreto e mercenário às lutas políticas, que no seu tempo com tão vivo estrépido incendiaram o Prata, ainda hoje em volta da sua memória se prolonga o choque das ideias e partidos antagônicos (CORTESÃO, 1951, 13).

Penso que este arrazoado voltava-se exatamente contra uma parte da historiografia argentina que, abrigada na circulação da região historiográfica do Prata colocava periodicamente a ideia de que o governo do Brasil agira sempre nos moldes imperialistas.

Juntado este raciocínio àquele que relaciona as atividades de Cortesão às transformações na corporação diplomática, poderíamos interpretar a sua carta para Lafayette de Carvalho e Souza, diretor do IRB, em 1948, na qual comentava os progressos do seu trabalho (CORTESÃO, 1948), como a síntese de um posicionamento articulado nas duas coleções, que compreendia o metajogo da região historiográfica platina, e, colocado em apoio e apoiado por um movimento da corporação diplomática reunido em torno do IRB.

Este posicionamento simultaneamente se colocava contra certas correntes da historiografia argentina, mas também da historiografia brasileira, que operavam separadamente no metajogo historiográfico e político da região, e, com objetivos assemelhados:

Este conceito dominante no Prata, pretende ser a base histórica da política revisionista, em particular dos argentinos, que nunca perderam a chance de reaver o território de Palmas [...] e declaram como um problema em aberto, o do Território dos Sete Povos [...] A futura obra do Instituto [...] será, sem ter o ar expresso, a resposta e o desmentido categórico àquela propaganda nacionalista, revisionista e acintosamente deformadora da história (CORTESÃO, 1948).

**Os ‘revisionismos’ e a criação da Comissão Brasileira Revisora**

Por outro lado, existe alguma conexão entre o embate de Cortesão com Rodrigo Octávio, a atuação da corporação diplomática e o estabelecimento de prescrições estatais sobre a publicação e circulação das obras didáticas de história e de geografia no Brasil?

A ‘Comissão Nacional do Livro Didático’ (CNLD), constituída em 1938 e, consolidada em 1944, tem sido considerada enquanto a predecessora do ‘Programa Nacional do Livro Didático’ (PNLD) e, se entende que a CNLD incorporou as atribuições da ‘Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia’, reunida no ano de 1936, para atender às prescrições do Convênio firmado entre o Brasil e a Argentina em 10 de outubro de 1933 (OLIVEIRA & FREITAS, 2013, 8-10).

Contudo, os textos acadêmicos dedicados a avaliar a ‘Comissão Revisora’ e os seus efeitos têm, de modo geral, apontado sua origem nas iniciativas da ‘Liga das Nações’ que visavam, então, revisar as obras didáticas com o fim de se eliminar delas os conteúdos chauvinistas que ainda alimentavam o antagonismo entre os membros da ‘Liga’ (LEITE, 2010a; 2010b; 2011; CELESTE FILHO 2010; BARCELOS, 2011). Nesta compreensão as iniciativas da ‘Liga’, desenroladas inicialmente na Europa, teriam se desdobrado para as Américas e, segundo Ana Paula Barcelos, no caso específico de Brasil e Argentina, fariam “parte de um projeto que reunia intelectuais e políticos das classes dominantes, ligados à diplomacia, e seus projetos de futuro” (SILVA, 2011, 270-271). Mesmo assim, alguns destes autores observaram a manutenção de algumas práticas do MRE no que dizia respeito ao seu papel na revisão dos textos didáticos “não obstante a oscilação política” (LEITE, 2011, 87) e, mesmo, a evocação estrita do Convênio de 1933 no auge da Ditadura Militar (CELESTE FILHO, 2010, 256).

Sem destituir a importância e a influência das iniciativas e das atividades ligadas à Liga das Nações e, o argumento da interpenetração dos projetos de poder das elites brasilo-argentinas (SILVA, 2015), nossa intenção é demonstrar que a ‘Comissão Revisora’ de 1936 foi organizada pelo IHGB e pelo MRE em prol de uma solução concatenada por instituições e governos na região historiográfica do Prata e, que a escrita dessa história, no caso brasileiro, estava imbricada nos movimentos sucessivos da corporação diplomática no metajogo, que acabaram eliminando as instâncias políticas e historiográficas instigadoras de sua escritura.

Ao elidir as condições de reflexão e de produção no metajogo, a corporação diplomática – lembrando a célebre advertência de Pierre Bourdieu – impeliu seus repetidores *a assumirem um pensamento de Estado*, ao aplicar ao Estado categorias produzidas e garantidas pelo Estado ou, *a serem pensados por um Estado que acreditavam poder pensar* (BOURDIEU, 2001, 91).

A solução que levou à criação das comissões revisoras no Brasil e na Argentina inaugurou instrumentos de intervenção direta nos conteúdos didáticos e, indiretamente desencorajava uma produção acadêmica que não atendesse às diretrizes manifestadas pelos Governos desses países e idealizadas por suas instituições e corporações. Neste sentido, entendo que se apontar a inauguração na década de 1930 de uma produção histórica e geográfica *revisionista*, que visava afastar as possibilidades de confronto e aproximar as nações do Prata, a ser articulada continuamente pelos Estados da região do Prata.

Alguns problemas devem ser apresentados ao leitor para que possamos explicar a relação da ‘Comissão Revisora’ com os textos de Rodrigo Octávio e depois concatená-los com o escrito de Cortesão em 1956. Este último se refere a outro *revisionismo*, no caso, aquele que visava na década de 1950 rever os conteúdos historiográficos e geográficos já sedimentados na região do Prata após a criação das comissões revisoras argentina e brasileira.

Por um lado, o artigo de Rodrigo Octávio publicado na *Revista do IHGB* de 1941 endossava, em grande medida, as premissas de atuação da ‘Comissão Revisora’ brasileira, mas, inaugurava brechas que seriam exploradas pelas produções chauvinistas e, depois, pelos defensores do alinhamento com os Estados Unidos. Estes últimos, no período da Guerra Fria, explicavam esse alinhamento junto ao posicionamento do Brasil como a potência regional da América do Sul, por meio da ideia de que isto fora possibilitado por uma ‘aliança não escrita’ com os Estados Unidos e, na continuidade da política do Império, que fora reafirmada pelo Barão do Rio Branco (PEIXOTO, 2011).

Por outro lado, outro movimento semelhante no metajogo aconteceria também na Argentina, na medida em que no início da década de 1950 o Ministério da Educação daquele país buscava a criação de uma comissão para revisar a atuação política de Juan Manuel de Rosas, contra a qual se opôs a *Academia Nacional de la Historia*, sob o argumento de que a história argentina já era alvo de uma “*verdadeira* revisão histórica [nosso grifo]” (RODRÍGUEZ, 2001, 62). Os defensores do novo revisionismo apontavam que a época de Rosas deveria ser valorizada exatamente pela oposição ao domínio estrangeiro e pela defesa dos interesses nacionais contra a dependência econômica e as classes econômicas que buscavam seu modelos no exterior (RODRÍGUEZ, 2001, 58).

Por conseguinte, nossa intenção é demonstrar que houve a *oportunidade* de se celebrar, não apenas o Convênio de 1933 com a Argentina, mas também o Convênio de 1933 com o Uruguai e, que os dois convênios mais celebraram e regularam uma *região historiográfica* do que a inauguram, na medida em que a interação entre as instituições históricas e os historiadores dos três países já remontavam ao século XIX.No caso, entendo que a oportunidade de se celebrarem os acordos com a Argentina e o Uruguai deveu-se tanto ao contexto sul-americano dos anos 1920 quanto à organização de um consenso na região historiográfica do Prata em torno do revisionismo.

Em relação à organização deste consenso, penso que a criação no Uruguai da *Junta de Historia y Numismática Nacional* em 1926 possibilitou a renovação dos contatos entre os intelectuais e as instituições desse país com os seus congêneres brasileiros, na medida em que a ‘Junta’ se apresentava paralelamente ao *Instituto Historico y Geografico del Uruguai* (IHGU), mas, colocando-se enquanto uma instituição mais dinâmica e capaz de incorporar a nova intelectualidade, ainda que esse caráter renovador e antielitista não se verificasse sempre em suas práticas e, que sua existência fosse decididamente amparada pelo Estado (ZUBILLAGA, 2002, 250-251; 2003, 182).

No caso da Argentina, somente no final da década de 1930 é que a transformação da *Junta de Historia y Numismática Americana* na *Academia Nacional de la Historia* (ANH) se consumaria enquanto um processo de renovação dos estudos históricos premiando a ascensão da ‘Nueva Escola Histórica’, a qual apresentava a proposição de superar a velha tradição monografista e biográfica para reescrever ‘cientificamente’ a história de seu país. A bem dizer, aquela transformação consagrava gradativamente a posição de seus integrantes numa nova rede institucional de investigação e ensino da História, que controlava as Universidades de Buenos Aires e La Plata (PRADO, 2001, 17-18).

Acredito que não se daria por acaso a incorporação da ‘Junta’ argentina e, de seu presidente Ricardo Levene, ao projeto revisionista que propiciou a instalação da ‘Comissão’ argentina ainda em 1935, inclusive, Levene participou de pelo menos uma sessão da Comissão brasileira reunida então na sede do MRE, na cidade do Rio de Janeiro, mas, sua incorporação se daria no bojo do Convênio de 1933 e não na inauguração do processo que levaria aos Convênios e às Comissões Revisoras.

Por conseguinte, interpreto que o consenso historiográfico regional foi desencadeado pela atuação de uma nova instituição, a *Junta de Historia y Numismática Nacional* uruguaia, mais sintonizada com as transformações políticas e historiográficas que seus congêneres platinos. No caso, a Junta uruguaia aproveitou a oportunidade da comemoração do centenário da independência de país, inclusive pelo dissenso em torno da celebração dessa efeméride (da ‘Convenção de Paz de 1838’), para acertar no *Primeiro Congresso de História Nacional* o concerto revisionista, que seria depois chancelado no Brasil em 1931, também por iniciativa do representante uruguaio, no *Segundo Congresso de História Nacional*.

Entendo que este consenso regional em torno do *revisionismo* com a liderança de atuação da Junta uruguaia foi possível não apenas em virtude das transformações da década de 1920, mas, em virtude da existência, desde o século XIX, de um mercado historiográfico, onde as trocas e interações entre intelectuais e institutos acerca da história e geografia constituíram uma economia e, mais importante, com a circulação de historiadores e de obras, a qual possibilitou a reelaboração das representações identitárias e espaciais platinas, articulada com a participação de seus Governos.

**As ‘Bases’ da Comissão brasileira e o metajogo do Prata em 1928**

As análises acerca da ‘Comissão Revisora’ de 1936 e dos Convênios de 1933, não consideram a participação original dos uruguaios e, se basearam mais no exame dos textos finais da Comissão brasileira – suas Normas e Decretos – do que na investigação de suas atividades. No caso, é possível reconstituir boa parte de suas discussões e de seus antecedentes por meio das Atas das suas reuniões e dos documentos preparatórios guardados pelo Arquivo Histórico do Itamaraty.

A composição mesma da Comissão brasileira já nos diz muita coisa, na medida em que praticamente toda ela era integrada por membros do IHGB e representantes do MRE,[[2]](#footnote-2) sendo que vários deles participavam das duas organizações, caso, por exemplo, de José Carlos de Macedo Soares, o presidente da Comissão ao início de suas reuniões, que ocupava então o posto de Ministro das Relações Exteriores e, depois, chegaria mesmo a ser o presidente do IHGB.

Praticamente toda a discussão se desenrolou a partir das chamadas ‘Bases’, elaboradas por Pedro Calmon, as quais, por sua vez, eram inspiradas em sua *História da Civilização Brasileira* e, ao contrário do que ficaria registrado, a Comissão começaria descortinando a ideia da revisão dos textos de história e geografia a partir da remissão aos países sul-americana, para somente na segunda reunião retificar esse termo a partir da remissão ao pan-americanismo.

Sobretudo, e será para esse ponto que migraremos nossa análise, resguardam-se as origens da Comissão em suas Atas: ela devia sua existência aos entendimentos dos ministros Hélio Lobo e Freitas Valle em suas passagens pela legação de Montevidéu, quando participaram dos preparativos para o *Primeiro Centenário da Independência* do Uruguai e, em decorrência deste, do *Primer Congreso de Historia Nacional* daquele país em agosto de 1828, quando se propôs a revisão dos textos de história no Uruguai, no Brasil e na Argentina.

Hélio Lobo, colega de Jaime Cortesão na docência do *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas* e diretor do IRB à época do ‘Plano de Estudos’, fora também um dos preparadores dos entendimentos preparatórios do *Primer Congreso de Historia Nacional*, inclusive daquele que previa a participação de representantes dos Governos brasileiro e argentino.

O representante do Brasil no Congresso foi Braz do Amaral, deputado federal, presidente da Comissão de História Diplomática da Câmara dos Deputados e membro do IHGB. Sua participação no Congresso foi marcada por apontar que os conflitos no século XIX teriam sido resultantes da herança colonial, das desavenças entre Portugal e Espanha, que não fariam mais sentido para as nações do XX. Braz do Amaral repetira praticamente todos os argumentos já apresentados anteriormente no IHGB por Rodrigo Octávio e pelo mesmo Hélio Lobo, o primeiro se destacando por apontar que Gusmão seria o idealizador da ultrapassagem da herança colonial, enquanto que o segundo colocaria a questão em termos geopolíticos, para apontar a influência da Inglaterra na questão do Uruguai.

Tendo ficado a frente da ‘Comissão de História Diplomática’ do *Primer Congreso de Historia Nacional*, o representante brasileiro defendeu que não fossem publicados os trabalhos que contivessem as expressões ofensivas a qualquer das nações americanas e, em resultado dessa proposição, seriam reprovados dois trabalhos e mandado fazer reparos em um deles, todos por causa das críticas ao imperialismo brasileiro. Seria exatamente por causa da tensão provocada por essas reprovações que um dos representantes uruguaios, Enrique Rogberg Bálparda, apresentou a proposta, depois aprovada pela Plenária, de que fosse feita a revisão dos livros didáticos de História nos três países.

No Brasil, a proposta de Bálparda seria transubstanciada por Rodrigo Octávio na tese *Tratado de Paz com as Províncias Unidas do Prata - 1824* e apresentada, junto com o pedido de aprovação da proposição de Bálparda, ao *Segundo Congresso de História Nacional* em 1931, conseguindo que esta fosse aprovada.

Penso que as bases desse entendimento em torno da proposta de Enrique Rogberg Bálparda já haviam sido costuradas desde 1926, quando foi criada em Montevidéu a *Junta de Historia y Numismática Nacional*, reunindo vários integrantes do Governo e de instituições oficiais. Essa instituição surgiu em razão da incapacidade do IHGUem absorver novos membros e se dedicar a atividades mais abrangentes e, sua organização foi inspirada no IHGB e na *Junta de Historia y Numismática Americana*. Logo após sua fundação, um de seus membros, Arturo Scarone, diretor da *Biblioteca Nacional* do seu país, foi logo encarregado de estabelecer ligações com o IHGB, missão que desempenhou durante viagem oficial ao Rio de Janeiro, quando entregou à Biblioteca brasileira uma coleção de publicações oferecidas pelo Governo do Uruguai como gesto de intercâmbio cultural.

Dentre as suas primeiras atividades, a ‘Junta’propôs a organização de um congresso histórico internacional para a comemoração do centenário da independência do Uruguai, que recebesse também os representantes da Inglaterra, Brasil e Argentina, exatamente o *Primer Congreso de Historia Nacional* que aprovou a proposição de se reverem os livros didáticos de História.

No caso, tanto a proposta da ‘Junta’como instituição quanto a sua ideia do que deveria ser o Congresso ficaram bastante claras no discurso pronunciado por Aquiles B. Oribe, um dos seus mais destacados integrantes, durante a cerimônia de comemoração do primeiro aniversário dessa instituição: não seria apenas ensinar a história, mas “depurá-la de todas suas inexatidões” e, sua justificativa era a de que a evolução da história fora tão completa que, segundo suas palavras, “pareciam ter sido outros os atores de sua história” e, por conta disso, se requeria a sua revisão (ORIBE, 1928, 116-118).

**Conclusão**

Em um de seus livros, Ian Buchanan comenta surpreso, o fato de que Luce Giard, a principal biógrafa de Michel de Certeau, haver informado, num de seus livros sobre o autor francês, que não entendia por que ele lia e relia *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Para Buchanan, era óbvio que Certeau, assim como Marx, se perguntava o por quê dos mortos não poderem ser deixados a enterrar os mortos e, por que recorríamos tão prontamente a mitos e fantasmas. Acalmar os mortos seria a principal tarefa dos historiadores desde Michelet: encontrar os sentidos discursivos para colocá-los a descansar, mas, fingindo que haviam sido outros os que lhes perturbaram (BUCHANAN, 2000, 54).

Contudo, observo que outras informações nos são dadas por Giard: não apenas Certeau lia o ’18 Brumário’ em francês e alemão, mas este texto fora crucial para todos os seus escritos sobre historiografia (GIARD, 1998, xii), o que também deveria surpreender Buchanan, uma vez que a observação de Marx se dá num texto sobre o político e, sobre as representações do político, problemas que não eram o foco dos exames de Certeau.

Provavelmente outros problemas também deveriam estar sendo apresentados a Certeau em sua leitura do ‘18 Brumário’, uma vez que a célebre frase “Deixe os mortos enterrarem seus mortos” se abre no texto de Marx em mais sentidos: “A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos” (MARX, 1996, 34). Penso que aqui Marx trata, de apontar que o conteúdo das representações do velho político não serve aos revolucionários do XIX, os quais devem buscar *o seu conteúdo*, ou seja, em vez de negativar a busca da representação do político na história, Marx apontava um sentido positivo e ativo, ao alinhá-la com os conteúdos condizentes: “A revolução social do século XIX não pode criar sua poesia do passado, mas somente do futuro [...] Lá a frase transcendeu o conteúdo, aqui o conteúdo transcende a frase” (MARX, 1996, 34).

Mas, talvez Buchanan devesse ter reparado que o mais intrigante não fosse pensar o porquê de recorrermos tão facilmente a mitos e fantasmas, mas o problema de que o próprio Marx recorreu a uma frase bíblica que se encaixava relativamente bem a suas preocupações: “Mas Jesus lhe disse: ‘Deixa os mortos enterrarem os seus mortos, porém tu vais e anuncia o Reinado de Deus’” (Lucas 9.50).

Provavelmente, isto não teria escapado a Certeau, obviamente porque ele era um jesuíta e, afinal, esta é apenas uma das várias passagens do ’18 Brumário’ em que Marx faz das referências religiosas o motor pelo qual o problema da representação foi analisado.

Ao final de tudo, não poderia ser o problema da representação do político que tenha “deliciado” Certeau, como apontou Luce Giard (1998, xii), e, ao mesmo tempo, lhe incomodado? Afinal, não se infere por isto a questão mesma da interpretação, tão central nos seus textos, a ponto de querer destruir os falsos deuses da história? Pois Marx, ao invés de tão somente destruir as representações não estaria argumentando em busca de outra representação, aquela que pudesse conduzir os revolucionários à verdade da Revolução? Não foi assim que Marx revelou, numa carta para Friedrich Engels em 1861, a sua admiração por Espártaco, como um real representante do proletariado dos tempos antigos? (MARX, 1861).

O problema talvez seja que para Certeau a interpretação e, por extensão, a historiografia, tivesse mais a ver com Freud ou com Nietzsche, do que com Marx ou Hegel e, que nesse sentido, tenha de atravessar primeiro pelo cultural, para, somente depois, alcançar o político, como esclarece Buchanan (2000, 57).

 Neste ponto, creio que Certeau dialogou e/ou foi influenciado por Pierre Klossowski, como tantos outros pensadores do período, Jacques Derrida, Michel Foucault e Gilles Deleuze, por exemplo. Aqui, gostaria de fazer o leitor notar que a sua aproximação de Certeau com Klossowski era privilegiada, especial, pois este fora seminarista dominicano e entrara em crise para não mais voltar à Igreja, mas, a despeito disso, sua vivência como religioso impactou profundamente tanto as suas obras literaturas como sua escrita acadêmica.

A contribuição de Klossowski à compreensão da representação é imensa, a começar pelas definições e discussões de conceitos como simulacro, estereótipo, fantasma, prótase & apódase, dentre outros que influenciaram aquela geração. Em *Nietzsche e o Círculo Vicioso* – segundo Foucault a melhor obra de filosofia que havia lido –, Klossowski deixa apontado que a concepção do termo “suppôt” é essencial para a reflexão dos problemas colocados por Nietzsche.

“Suppôt” era um termo utilizado na língua francesa do século XVI (nos diz Daniel W. Smith, um dos melhores especialistas em Klossowski e Deleuze) e foi mantido por Klossowski em lugar de qualquer outro porque era intraduzível para o francês do XX, em que era substituído imperfeitamente pela palavra ‘agente’ (SMITH, 2012, xii-xiii).

Na origem, o termo “suppôt” remete à filosofia escolástica e era equivalente ao termo “suppositum”, uma substância que completa nela mesma e, capaz de independente de outras, por si mesma, atuar ou sofrer. Cada “suppositum”, pois, é uma substância, mas, o contrário não é verdadeiro, porque há o caso de duas substâncias serem tão unidas que formariam um único “suppositum”, como é o caso do homem, a união de duas substâncias incompletas: a “alma” e o “corpo” (HUNTER, 1896, 149-150).

Michel de Certeau não desconhecia o termo “suppôt”, uma vez que foi utilizado na edição francesa de *A escrita da História*, muito embora a tradução brasileira tenha preferido substituir esse termo pela palavra “agente” (CERTEAU, 1975, 273; 2002, 264).

Contudo, esta diferença em relação a Klossowski deixa um rastro que levaremos em consideração no curso de nosso raciocínio, pois o termo “suppôt” não deveria ter mesmo para Certeau a importância que Klossowski lhe atribuía, afinal, era o “outro” e não a ligação insubstituível que ele procurava interpretar.

E, nos interessa aqui mostrar que essa era parte integral da questão para Cortesão: os lugares que ocupava a partir de sua escrita eram uma opção criadora e atuante, e pensados na relação *geo*-política. Por isso, o seu Alexandre de Gusmão não era apenas uma representação do político dentre tantas, mas, a ligação indissolúvel com aquilo que tanto prezava – a Liberdade.

Isto fica ainda mais claro quando Jaime Cortesão se afirma enquanto *neo-hegeliano* e *crociano –* exatamente no juízo acerca de Pedro de Angelis, colocando, ali, sua posição a respeito de “Quem e o que faz a História”:

Somos dos que pensam que no juízo sobre os homens não pode separar-se inteiramente o intelectual do ser moral [...] Ao historiador, e muito mais se partilhar, como nós, o conceito neo-hegeliano de Croce sobre a história, não é lícito oferecer uma homenagem incondicional a essa espécie de homens, por mais serviços que tenham prestado à cultura universal. Do contrário, poderá, a justo título, concluir-se que ele aceita e desculpa, por simples amor de erudição, as traições à missão humana e divina do espírito, que é afirmar e defender o espírito criador e a sua expressão livre e isenta (CORTESÃO, 1951, p. 52-53).

**BIBLIOGRAFIA:**

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado. In: **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. 3ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2001.

BUCHANAN, Ian. **Michel de Certeau** - Cultural Theorist. London: SAGE Publications, 2000.

CELESTE FILHO, Macioniro. A proposta da Organização dos Estados Americanos para a censura de livros brasileiros de História no auge da ditadura militar. In: MARTINS, Maria A. S. R. (Org.). **Educação, mídia e cognição**. Bauru: Canal 6, p. 237-260, 2010.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORTESÃO, Jaime. [Correspondência] 29 dez. 1948. Rio de Janeiro [para] Carta a Lafayette de Carvalho e Souza. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos, 30.1.001 n. 15.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. ‘Introdução’. **Manuscritos da Coleção De Angelis**. Vol. I. Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras, 1951.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Introdução. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte I, Tomo II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1952.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. ‘Introdução’. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte I, Tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1956.

GIARD, Luce. ‘How tomorrow is being born’ In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. **The capture of speech and other political writings**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

HUNTER, Sylvester Joseph. **Of The Society Of Jesus**. Manuals Of Catholic Theology, Outlines Of Dogmatic Theology. Volume II. New York, Cincinnati, Chicago: Zigkr Brothers, Printers To The Holy Apostolic Set. 1896.

JORGE, Arthur G. de A. **Alexandre de Gusmão**: o avô dos diplomatas brazileiros (1695-1753). Ensaios de História e Crítica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 1-50.

LEITE, Juçara L. Pensando a paz entre as guerras: o lugar do ensino de História nas Relações Exteriores. **Antíteses** (Londrina), v. 3, p. 677-699, 2010a.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Professores e políticos em nome da paz: interesses internacionais por uma história ensinada**. Saeculum** (UFPB), v. 22, p. 103-113, 2010b.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Revisando Livros Didáticos de História: ação da diplomacia cultural em nome da paz. **Tempo e Argumento**, v. 3, p. 77-99, 2011.

MARX, Karl; CARVER, Terrell. **Marx**: Later political writings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. ‘Marx to Engles In Manchester’ [London, 27 feb. 1861]. **Marx-Engels Correspondence**. Marx & Engels Internet Archive: Letters. http://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1861/letters/61\_02\_27.htm [Consultado em 01/01/2016].

MRE. Ata da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia, constituída em virtude do Convênio com a República Argentina, assinado no Rio de Janeiro a 10 de Outubro de 1935. **Arquivo Histórico do Itamaraty**, 135 1 13.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Contrato entre Jaime Cortesão e o Ministério das Relações Exteriores em 12 de fevereiro de 1942. Memorandos e Relatórios de 1946a. **Arquivo Histórico do Itamaraty.** 136 5 13-16. Manuscrito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Memorando de Hildebrando Accioly, Diretor do Instituto Rio Branco, para o Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura em 4 de fevereiro de 1946. Memorandos e Relatórios de 1946b. **Arquivo Histórico do Itamaraty,** 136 5 13-16. Manuscrito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Memória de Lauro Escorel Rodrigues de Morais sobre a criação do Instituto Rio Branco. 1946. Memorandos e Relatórios de 1946c. **Arquivo Histórico do Itamaraty,** 136 5 13-16. Manuscrito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Memorando de Hildebrando Accioly, Diretor do Instituto Rio Branco, para o Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura. 5 de junho de 1946. Memorandos e Relatórios de 1946d. **Arquivo Histórico do Itamaraty,** 136 5 13-16. Manuscrito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Memorando de Hélio Lobo, Diretor do Instituto Rio Branco, para o Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura em 25 de Março de 1947. Memorandos e Relatórios de 1947a. **Arquivo Histórico do Itamaraty,** 136 5 13-16. Manuscrito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Plano de Pesquisa no Brasil. Memorando de Hélio Lobo, Diretor do Instituto Rio Branco, para o Ministro das Relações Exteriores em 23 de abril de 1947. Memorandos e Relatórios de 1947b. **Arquivo Histórico do Itamaraty,** 136 5 13-16. Manuscrito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Memorando de Astréa Dutra dos Santos, pesquisadora de História do IRB para o Secretário Geral em 24 de dezembro de 1947c. **Arquivo Histórico do Itamaraty,** 136 5 13-16. Manuscrito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Memorando de Guimarães Rosa, Chefe da Secretaria do IRB para Lafayette de Carvalho e Silva, Diretor do IRB em 28 de maio de 1947. Memorandos e Relatórios de 1947d. **Arquivo Histórico do Itamaraty,** 136 5 13-16. Manuscrito.

OCTÁVIO, Rodrigo, Alexandre de Gusmão e o Monroísmo. **Revista do IHGB**, vol. 175, p. 5-69, 1941.

OLIVEIRA, Margarida M. D.; FREITAS, Itamar. Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938-2012). **Territórios e Fronteiras**, v. 6, p. 6-24, 2013.

ORIBE, Aquiles B. ‘Discurso del señor Aquiles B. Oribe’. **Junta de História Nacional**, Volumen III, Montevideo: Imp. El Siglo Ilustrado, 1928.

PEIXOTO, Renato Amado. 'Depois aconteça o que acontecer': por uma rediscussão do Caso Panther e da política externa de Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, p. 44-66, 2011a.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. ‘Enformando a Nação’. In: **Cartografias Imaginárias**: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN, 2011b.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a História da Formação Territorial do Brasil e sua articulação com a História da Cartografia brasileira. **História da Historiografia**, p. 46-65, 2016.

PRADO, Gustavo H. La historiografia argentina del siglo XIX en la mirada de Rómulo Carbia y Ricardo Levene: problemas y circunstancias de la construcción de una tradición. 1907-1948. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha. **La Historiogafia Rioplatense en la Posguerra**. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001.

RODRÍGUEZ, Martha. Cultura y educación bajo el primer peronismo: el derrotero academico institucional de Ricardo Levene. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha. **La Historiogafia Rioplatense en la Posguerra**. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001.

SMITH, Daniel W. 'Translator's Preface' In: KLOSSOWSKI, Pierre. **Nietzsche and the Vicious Circle**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

SILVA, Ana Paula B. R. da. **Diálogos sobre a Escrita da História**: Brasil e Argentina (1910-1940). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ZUBILLAGA, Carlos. **Historia e Historiadores en el Uruguay Del Siglo XX**: Entre la Profesión y la Militancia. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, [Universidad de la República], 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Comunidades historiográficas y renovación disciplinaria en Uruguay. 180. **Revista Complutense de Historia de América**. V. 29, p. 179-191, 2003.

1. A primeira versão deste texto foi apresentada com o título de 'A gênese da Formação Territorial do Brasil e os Convênios para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia com a Argentina e o Uruguai' na 'Jornadas 2015' da Universidad de La República Uruguay', realizada em Montevidéu entre 7 e 9 de outubro de 2015, com o apoio financeiro da Ufrninternational – Secretaria de Relações Internacionais & Interinstitucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). [↑](#footnote-ref-1)
2. Os integrantes permanentes da Comissão foram: Affonso d'Escragnolle. Taunay, Emilio Fernando Souza Docca, Fernando Antonio Raja Gabaglia, Jonathas Archanjo Serrano, Othelo Rodrigues Rosa, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, João Severiano da Fonseca Hermes Jr., Renato Firmino Maia de Mendonça e José Carlos de Macedo Soares. [↑](#footnote-ref-2)